

DON'T BELIEVE EVERYTHING YOU READ ON THE INTERNET

FAKE

NEWS

AS

E A NOVA ORDEM

(DES)INFORMATIVA

NA ERA DA

PÓS-VERDADE

MANIPULAÇÃO

POLARIZAÇÃO

FILTER BUBLES

JOÃO FIGUEIRA

SÍLVIO SANTOS

ORG.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COIMBRA UNIVERSITY PRESS

LUÍS ANTÓNIO UMBELINO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-5242-4863>

**PARA ACABAR DE VEZ COM AS BOAS NOTÍCIAS.
ELOGIO DAS PEQUENAS COERÊNCIAS
E DA JUSTA COMPLEXIDADE**

**TO END THE GOOD NEWS ONCE AND FOR ALL.
PRAISE FOR SMALL COHERENCES
AND FAIR COMPLEXITY**

RESUMO: Pode afirmar-se que o espaço público contemporâneo se caracteriza por um uso crescente de linguagem empobrecida, que tende a concluir antes de pensar. Gostaria de argumentar que tal estado de coisas me parece favorecido por algumas figuras-tipo que tendem a colonizar “a linguagem do espaço público noticiada” com a opinião rápida e infantil, com a conclusão que passa em silêncio a complexidade dos problemas e com a incapacidade de reconhecer a que ponto pode ser bom sofrer as consequências da verdade (ou da procura da verdade).

Palavras-chave: *Media*; Verdade; Iluminismo; Tecnologia

ABSTRACT: It could be said that our contemporary public space is characterized by a growing use of impoverished language that tends to conclude rather than to think. I would like to start by arguing that this state of affairs seems to be favored by three standard figures who tend to colonize “the language of the public space” with quick and childish opinions, with conclusions that silence the complexity of problems and with the inability to recognize to what point it may be good to suffer the consequences of looking for the truth.

Keywords: *Media*; Truth; Enlightenment; Technology

1.

O essencial sobre o hodierno mundo dos *media* foi resumido assim por Gonçalo M. Tavares:

Não é o discurso do pensamento (refletir antes de concluir) que é acontecimento e facto e algo noticiável. É o discurso oposto: o discurso que conclui, e muito, antes de pensar. Para quê pensar se posso concluir? Noventa e cinco por cento da linguagem do espaço público que é noticiada poderia hoje ter este lema¹.

Gostaria de começar por argumentar que tal estado de coisas me parece favorecido por três figuras-tipo que tendem a colonizar “a linguagem do espaço público noticiada” com a opinião rápida e infantil (“gosto”/“não gosto”; “isto está bem”/“isto está mal”), com a conclusão que passa em silêncio a complexidade dos problemas (“tudo se resume no fundo a...”), e com a incapacidade de reconhecer a que ponto pode ser bom sofrer as consequências da verdade (ou da procura da verdade). A essas três figuras-tipo chamaria o *opinador emotivo*, o *perito soberbo* e o *ideólogo de grupo*.

O *opinador emotivo* representa a opinião “espontânea”, a síntese escandalizada ou eufórica que assenta na pequena linguagem e na convicção mais ou menos equivocada da importância própria. A escala de *opinadores emotivos* tem na base o *hater* da internet e no cume aquele que comenta a “atualidade” “como a vive interiormente”, como se o seu “interior especial” e “empático” (esponja de opiniões alheias escolhidas pelo que o fazem sentir) fosse capaz de reconhecer todas as subtilezas da realidade. Assola o *opinador emotivo*, portanto, a convicção infundada de que, sozinho no seu interior colorido, é alguém interessante e, portanto, capaz de ver o mundo tal como ele é; na verdade, não percebe que essa sua visão de mundo – porque nunca exposta ao conflito de interpretações, à reflexão crítica aturada e heterodoxa, à leitura descentrada e paciente – resulta num empobrecimento manifesto da complexidade do real, deturpado que fica pela projeção monótona e simples de medos, interesses, ressentimentos, “sensações” e convicções acríicas. De facto, o que forma a opinião do *opinador emotivo* é o choque de empatia e não a proposta de sentido mais subtil, é a emoção do momento e não as narrativas consistentes e alternativas, é o que reforça a sua convicção e não o que a faz vacilar, como se a realidade fosse uma soma atomizada de “situações chocantes” (reais ou manipuladas, pouco importa), “injustiças ferozes”

¹ Tavares, G. M. (2018, 30 de junho). Futebol, palavras e ecrãs. *Público*, p. 7.

ou “escândalos” de toda a sorte, que o *opinador emotivo* achará inevitavelmente ressoarem no seu âmago como confirmação do que sente e como apelo irrevogável ao ativismo e à reação imediata. Neste movimento, as primeiras vítimas do *opinador emotivo* são quase sempre a complexidade da verdade, a plurivocidade da realidade e a verdadeira liberdade de pensar emancipadamente – porque um pensar emancipado, justamente, não é apenas aquele que se liberta da autoridade infundada de outros, mas também e fundamentalmente aquele que se sabe sujeitar à autocrítica paciente, aprofundada, complexa e marcada pelo acolhimento do diferente. Em certa medida, o *opinador emotivo* será aquele que tudo faz e diz como se imaginasse ser constantemente interrogado desta forma: “como reagiria a...?”.

A segunda figura-tipo a que gostaria de aludir é a do *perito soberbo*. Com esta designação pretendo referir-me a uma figura paradigmática que resume o modo como a perícia especializada tende a funcionar como poderoso meio de controlo burocratizado da informação. O *perito soberbo* (ou “perito-sacerdote” como se lhe refere N. Postman [1993, p. 85]) tem duas características distintas: primeiro, tende a ser ignorante de muitas questões que não se relacionam com a sua área de especialização, não suspeitando de que tal ignorância pode levá-lo a deturpar a realidade por excesso de simplificação – o que forçosamente sempre acontece; por outro lado, quando o reconhecimento dos limites de um campo especializado aconselharia prudência nas extrapolações, caracteriza o *perito soberbo* a reivindicação de domínios de intervenção que entende equivocadamente serem subsumíveis do mesmo modo que o seu domínio de especialização: assuntos sociais, psicológicos, éticos, morais. O espaço público contemporâneo está cheio destes peritos que nos pretendem ensinar *especializadamente* a educar crianças, a ser amáveis e empáticos, a ser felizes e seguros de si, a ser saudáveis e bonitos, a fazer amor, a influenciar os outros, a liderar, a arranjar amigos, a seduzir, a sentir-se bem na própria pele, a comer como deve ser, a competir, a ter sucesso... Não parece haver hoje aspeto das relações humanas que escape ao controlo de um ou outro *perito soberbo*. É certo que a figura do “perito” nasce de um contexto compreensível de aumento exponencial de informação e conhecimento que marcaram o mundo moderno, com a consequência de se ter tornado impossível a uma só pessoa (como acontecia com sábios enciclopédicos de antanho) deter mais do

que uma ínfima parte do conjunto total do conhecimento humano. Em certa medida, o especialista assumirá dessa forma a vanguarda do conhecimento por ser aquele que, justamente, no campo da ínfima parte de conhecimento humano que se propõe estudar, é capaz de dominar e esgotar o que há para saber. O seu procedimento será mais ou menos este: esquadrinhar todos os dados, eliminar o que não se relaciona com o conjunto de dúvidas do seu campo específico e utilizar o que sobra para resolver os respetivos problemas. Este processo resultou bem em diversos campos de conhecimento, e disso dão prova os imensos sucessos do conhecimento especializado. Mas há aqui um problema:

esse processo resulta razoavelmente bem em situações em que apenas é exigida uma solução técnica e não haja conflitos com aspetos humanos (...), mas menos bem nos casos em que as exigências técnicas possam entrar em conflito com problemas humanos (...) como no caso das leis, vida familiar (...) problemas de desenvolvimento pessoal (Postman, 1993, p. 85),

ou, na verdade, qualquer situação ou decisão que atravesse o mundo dos significados humanos. O que será um *perito* em “bem-estar”? Será tal questão um “campo especializado” esquadrinhável e passível de receber uma solução eficaz que elimine todas as dúvidas? Será sequer tipificável e indiscutível o que se vive como “problema” nesse contexto? Na verdade, neste como noutros casos, trata-se de fenómenos particularmente complexos que envolvem a própria raiz do existir e em face dos quais qualquer tentativa de simplificação técnica representa imediatamente uma adulteração. O *perito soberbo* encontra-se em relação a tais fenómenos, na verdade, como o burocrata no seu cubículo se encontra em relação ao conhecimento do funcionamento global e multifacetado da respetiva empresa.

A terceira figura que pretende controlar hodiernamente a informação a partir de processos de simplificação excessiva dos fenómenos humanos é o *ideólogo de grupo*. Podemos identificá-lo como representante de uma nova forma de burocratização pós-moderna do pensamento, desta volta concretizada a partir de um duplo processo característico: primeiro, o de estabelecer acriticamente como base para abordar qualquer assunto não a investigação

da respetiva raiz e fundamentos, da respetiva complexidade e incidências, mas antes a afirmação de um ponto de vista sobre os assuntos que é estabelecido, antes de mais, como trincheira teórica que urge proteger contra todos os inimigos. O empobrecimento e simplificação dos fenómenos e da visão de mundo segue-se diretamente de tal incapacidade para reconhecer que, do outro lado da trincheira, pelo menos alguns pontos de vista, opiniões, teses, conhecimentos poderiam ser úteis para descobrir e pensar subtilezas, matizes e heterodoxias dos fenómenos humanos. O *ideólogo de grupo*, ao invés, faz a economia da investigação subtil e matizada; isto porque faz depender a “certeza” das suas perspetivas, não dos respetivos méritos ou da respetiva compatibilidade com a realidade, mas do facto de ser necessário protegê-las (por imperativo moral) dos insidiosos críticos. A barricada teórica do *ideólogo de grupo* fortalece-se por um processo de vitimização, que vê na opinião contrária um ataque. O seu sentimento predominante é o da constante indignação, traço essencial do seu modo de controlo empobrecido da informação e do pensamento: quem se indigna facilmente, de facto, não permite que se pense próximo de si. Todos aqueles que põem em causa as “crenças” e as “ideias” do *ideólogo de grupo* são agentes do mal; não é, pois, necessário analisar o que dizem e avaliar eventuais razões que possam ter sobre assuntos ou preocupações comuns. Assim sendo, a perspetiva do *ideólogo de grupo* sobre o mundo será sempre marcada pela incapacidade de se expor às particularidades, aos detalhes e alternativas sensatas que pontos de vista de outros “grupos” sempre podem veicular. Tal perspetiva será, portanto, sempre demasiado simplista, pois a sua primeira vítima é sempre a complexidade dos problemas e assuntos do mundo humano, inevitavelmente sujeitos a um silencioso processo de simplificação forçada.

2.

Ao fazerem predominar os seus esquemas conclusivos apressados sobre zonas cada vez mais vastas do espaço público e, nomeadamente, ao colonizarem os meios de transmissão de notícias, tais figuras tendem a amplificar e a reforçar o sintoma funesto que as faz ter audiência: o de que cada vez mais

peças tendem a perder a vocação natural – a virtude, na verdade – para o ceticismo, a enfraquecer a vontade de não se deixar enganar e a esquecer o propósito de fortalecer uma cidadania cosmopolita e informada pelos mais vigorosos conhecimentos do seu tempo, bem como pelas melhores ideias que os podem enquadrar e significar de modo amplo. Aqui esconde-se um segundo problema que importa analisar.

Gostaria de argumentar que, para meditar sobre tal estado de coisas, é necessário enfrentar um problema de fundo que chama hoje, mais do que nunca, a pensar e menos a concluir. Poderia formular-se nestes termos: será que o único objetivo da “informação” deverá ser o de “transmitir conteúdos”, como se a “informação” fosse apenas mais um “produto”, uma “coisa” que se quer ter, algo desejável por si mesmo e sem ligação aos seus possíveis usos, significados, propósitos e malhas alargadas de significado?

Este problema tem uma história que o esclarece: a história de uma mudança epistemológica que, durante o séc. XIX, irá substituir o *problema* central da informação e da comunicação herdado do *grand siècle* das luzes, por uma dificuldade essencialmente técnica. Aquele “problema” era o seguinte: como pode a informação promover uma visão de mundo crítica e ilustrada, cética e inovadora? Esquecidos desta questão, acontece continuarmos hoje afanosamente a tentar resolver a dificuldade – essencialmente técnica – que veio ocupar o respetivo lugar, a saber, como levar informação a cada vez mais pessoas e mais rapidamente.

Pretendo argumentar que a substituição daquele problema por esta preocupação técnica se repercute sobre a “linguagem do espaço público que é noticiada” como processo de crescente simplificação e empobrecimento da linguagem e do pensamento, algo patente, por exemplo, no menosprezo pelo grande jornalismo de investigação (aquele que ainda preserva, julgo, a ideia de informação herdada do *espírito das luzes*) em detrimento da redução do noticiado a mais um produto do entretenimento infinito e líquido.

Pode afirmar-se que o *século das luzes* (aprofundando um movimento que se configura a partir dos finais do séc. XVII) guarda como uma das suas contribuições históricas mais relevantes a defesa de uma difusão tendencialmente livre – assente na palavra impressa – de amplos caudais de informação, apoiados pelo nascimento de um conjunto de novos *media* com uma agenda cos-

mopolita, emancipatória, crítica e comprometida com o combate ao “espírito da mentira”. Desses novos *media* faz parte, obviamente, o *jornal*, que no final do século já havia assumido a sua forma moderna e proliferava pela maior parte das grandes cidades europeias. Mas também há que referir o *salon*, que se torna rapidamente o lugar social por excelência de transmissão e discussão de informação sobre novas invenções tecnológicas, novas ideias científicas e filosóficas, sobre novos povos e terras distantes, sobre geografia e hábitos sociais, sobre agricultura, tecnologia, medicina, história, etc. Esta nova circulação de conhecimentos promoveu, por seu turno, um terceiro novo *medium*: as *Academias* de investigação e ensino, que se estabelecem um pouco por toda a Europa (a Royal Academy, a Académie des Sciences, a Academia de Berlim, de Copenhaga, etc). Estas fornecem então uma rede privilegiada de troca de informação e comunicação eruditas entre os grandes investigadores europeus, promovendo a circulação de conhecimento atualizado.

Não seria descabido chamar a este período “a era da informação” (Postman, 2000), acrescentando mormente uma precisão importante em relação ao que à época se entendia por “informação”. De facto – e aqui se encontra o ponto que pretendo começar a sublinhar – o conceito iluminista de informação era bem diferente daquele que conhecemos hoje: a informação não era um “produto”. Ao contrário, entendia-se que apenas tinha valor enquanto promotora de contextos alargados de significado sobre o mundo, ou seja, dando forma, relevância e valor a uma mundividência sociocultural e científica instruída (Postman, 2000). Neste sentido e contexto precisos, talvez o projeto da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert possa ser entendido como exemplo paradigmático do modo iluminista de entender a informação: informar não é apenas “transmitir conteúdos”, mas também, e antes de mais, um modo de promover as virtudes do ceticismo e da investigação da verdade – traços cuja importância a nossa época parece por vezes apenas vislumbrar sob a forma de uma inquietante (mas, por vezes, sedenta) nostalgia².

² Herdeira da crítica pós-moderna ao modelo moderno de verdade como adequação parece ter deitado fora com a água do banho igualmente o valor ético do gesto equilibrado de procura da verdade.

Uma mudança clara deste paradigma acontece ao longo do séc. XIX sob a influência contundente de um conjunto de novas máquinas que, progressivamente, vão reduzir os “problemas da informação” à questão técnica da “quantidade”, “atualidade” e “rapidez de informação”. De entre essas novas máquinas avultará, pela sua influência precursora, o telégrafo (Munford, 2018, pp.259-260). Como nota L. Mumford, após a invenção do telégrafo – ao qual se seguirá, neste mesmo sentido, um conjunto de outras invenções tecnológicas com incidência sobre a questão da informação: o telefone, a televisão, a internet e a respetiva proliferação de *media sociais*) – a comunicação “regressa à reação instantânea do contacto entre pessoas, com a qual começou” (2018, p. 260)³, e da qual se havia afastado por ter entendido as virtudes economizadoras de tempo próprias da palavra impressa (um telegrama era mais rápido a transmitir o essencial do que uma conversa emotiva, longa e cansativa, face a face). A rapidez introduzida na comunicação pelo telégrafo, depois pelo telefone, depois pela televisão, depois pela internet terá como consequência a separação da informação em relação aos seus usos e contexto alargados; a informação torna-se rapidamente uma “coisa”, um “bem transacionável”, “algo que se quer ter”, que se deseja como um fim em si mesmo e, assim, a nova grande “dificuldade” a resolver será a de saber como aumentar cada vez mais a quantidade de informação e fazê-la chegar, cada vez mais rapidamente, a cada vez mais pessoas (às *massas*).

Acontece, no entanto, que a substituição do “problema” da informação como veiculando uma mundividência pela “dificuldade técnica” de como transmitir em crescente quantidade e rapidez conteúdos informativos, não está isenta de riscos. Dois desses riscos parecem-me merecer atenção: primeiro, o risco ou o perigo comum ao uso de todas as novidades tecnológicas: “a tendência para as utilizar, quer a ocasião o exija, quer não” (Munford, 2018, p. 260); depois, o risco, mais sério, que constitui o reverso da medalha da comodidade da comunicação instantânea, a saber, “o facto de as grandes

³ Não será um pormenor que nos nossos dias se procure nos novos meios de comunicação a possibilidade de, ao mesmo tempo, “manter a distância” que evita o encontro pessoal e estar “como que quase frente ao outro”, manter a economia da escrita e parecer poder partilhar ainda todas as emoções. O que me interessa aqui sublinhar é, no entanto, algo de diferente.

abstrações económicas da escrita, da leitura e do desenho – os meios de pensamento reflexivo e da ação deliberada – serem tendencialmente enfraquecidos” (Munford, 2018, p. 260) na razão direta do menosprezo pelos contextos alargados de sentido aprofundado e orientador. Concretize-se esta ideia no contexto específico da informação noticiada: quando a “linguagem do espaço público noticiada” tende predominantemente para a rapidez do *post* não lhe sobrevém já o risco de se menosprezar, por exemplo, a grande reportagem de investigação (capaz ainda de fazer ecoar algo do *espírito das luzes*, no sentido em que o referi atrás)?

O modo como formulo esta questão não pretende ser maniqueísta: não se trata aqui de atacar as novas tecnologias investindo de cabeça baixa (atitude ingénuo e quase sempre ressentida de quem não acompanha os avanços tecnológicos) e sugerindo que se deve escolher entre os “dias de hoje” e “os bons velhos tempos” (que nunca existiram); também não se trata de visar o “consumo” de informação como obliterador de uma “realidade” perdida mais autêntica⁴. O que me interessa aqui é pensar o que falta (não forçosamente como alternativa, mas como o que “faz falta”) a um mundo visto através da linguagem do *post*.

Deve reconhecer-se, antes de mais, que os ganhos trazidos à comunicação humana pelas novas tecnologias da comunicação e informação são imensos: sob o respetivo efeito parecem surgir hoje novas oportunidades para aumentar a gama de relacionamentos, de contactos e de tempo de comunicação, para tornar o diferente mais próximo e familiar, para preparar e estreitar ligações interpessoais, para democratizar o acesso à cultura e ao conhecimento, para estreitar a proximidade entre governantes e governados, para incrementar a consciência cívica e política, para enriquecer o tecido social, para fazer proliferar lugares de liberdade no espaço público, etc. O problema é que uma das implicações das novas tecnologias da informação, tornada a informação um produto de consumo rápido, permanece hoje a tendencial “criação” de um mundo atomizado, parcelado por eventos instantâneos e “iguais” (o “ali-

⁴ Os “consumidores” e o “mercado” da comunicação criam abundância de informação e eu preferirei sempre abundância de informação a indigência, limite ou falsificação de informação – da qual nunca surgirá qualquer tipo de “autenticidade perdida”.

nhamento” das notícias, o “alinhamento” diário de “partilhas”, etc.) que configuram o tempo como um eterno presente, monótono e sem articulação ou referência a qualquer mundividência orientadora – não, como é óbvio, num sentido propagandístico ou ideológico, mas no sentido em que as pressupunha o *espírito das luzes*: informar para combater a mentira; informar para formar espírito crítico; informar para emancipar; informar para desconfiar; informar para formar o fascínio pelo novo e diferente.

Eis então o que falta: reintroduzir (ao lado da questão técnica de como transmitir cada vez mais rapidamente “produtos” informativos) a questão de saber se o desenvolvimento da difusão de informação não deveria porventura ser concomitante de uma simétrica preocupação pelo desenvolvimento do espírito crítico e da avaliação sensata, do ceticismo prudente e do pessimismo ilustrado, do interesse pela novidade e da prudência reflexiva. De onde uma tese possível pode ser temerariamente avançada: os benefícios do uso das novas tecnologias da informação, na verdade, apenas poderão surgir quando – e se – retomados através de um refinamento da cultura e da personalidade que iguale o desenvolvimento tecnológico (Munford, 2018, p. 261) e respetiva difusão instantânea de “produtos” informativos.

Mais instituições – para além, porventura da escola e da universidade – se deveriam preocupar com a necessidade de tal “refinamento necessário”, outro modo de nomear os desafios de uma formação consistente para reconhecer a desinformação, distinguir o verdadeiro do falso, destrinçar o fugaz do marcante, avaliar o relevante e o irrelevante, suspeitar da opinião infundada e desconfiar da ideologia apressada. Era bom, pois, que recuperássemos *algumas luzes* sobre estes assuntos.

Referências bibliográficas

MUMFORD, L. (2018). *Técnica e civilização*. Lisboa: Antígona.

POSTMAN, N. (1993). *Tecnopolia. Quando a cultura se rende à tecnologia*. Lisboa: Difusão Cultural.

POSTMAN N. (2000). *Building a Bridge to de 18th Century*. New York: Vintage Books.